



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Ofício nº 223/2026

Crissiumal/RS, 09 de junho de 2026.

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto: Resposta à análise preliminar do Pregão Eletrônico SRP nº 079/2026 –  
Processo Administrativo nº 121/2026.

Senhor(a) Auditor(a),

O Município de Crissiumal/RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, vem, respeitosamente, apresentar esclarecimentos em atenção à análise preliminar realizada no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 079/2026, destinado à aquisição de tubos e postes de concreto.

Inicialmente, registra-se o recebimento das recomendações apresentadas por esse Egrégio Tribunal, as quais serão observadas pela Administração Municipal como forma de aprimorar a instrução processual, fortalecer a rastreabilidade dos atos administrativos e ampliar a segurança jurídica da contratação.

No que se refere à memória de cálculo dos quantitativos, informa-se que as estimativas foram elaboradas considerando o histórico de consumo da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação, extraído do sistema de almoxarifado municipal, bem como as demandas previstas para manutenção e ampliação da infraestrutura urbana e rural do Município.

Conforme relatórios de movimentação de estoque referentes ao exercício de 2025, verificou-se a utilização de:

- 17 unidades de tubos DN 200 mm;
- 350 unidades de tubos DN 400 mm;
- 432 unidades de tubos armados DN 400 mm;
- 993 unidades de tubos DN 600 mm;
- 294 unidades de tubos DN 800 mm.

Os quantitativos estimados para o registro de preços consideram não apenas o consumo histórico, mas também as necessidades futuras decorrentes da manutenção permanente das redes de drenagem pluvial, substituição de estruturas danificadas, execução de obras planejadas pela Secretaria Municipal de Obras e eventual atendimento de situações emergenciais ocasionadas por eventos climáticos.

Importa destacar que a Ata de Registro de Preços possui vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Assim, os quantitativos registrados representam limite máximo de contratação e não obrigação de aquisição integral por parte do Município.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Quanto à pesquisa de preços, informa-se que será juntada aos autos documentação complementar contendo as fontes consultadas, datas de pesquisa, metodologia utilizada e memória de cálculo, em observância ao disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Relativamente à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, será igualmente anexada aos autos a comprovação documental correspondente, visando reforçar a regularidade formal do procedimento.

Em relação à exigência de laudo laboratorial acompanhado de ART para os itens referentes aos tubos de concreto, esclarece-se que tal requisito possui natureza estritamente técnica e tem por finalidade assegurar que os produtos fornecidos atendam aos padrões mínimos de qualidade, resistência e durabilidade exigidos pelas normas técnicas vigentes.

A Administração Municipal busca garantir a aquisição de materiais adequados para aplicação em obras de drenagem pluvial, travessias de estradas vicinais e demais intervenções de infraestrutura, evitando a utilização de produtos com resistência inferior à necessária, que possam ocasionar rompimentos, recalques, colapsos estruturais ou a redução da vida útil das obras públicas.

Considerando que os tubos de concreto serão incorporados permanentemente ao patrimônio público e que eventual substituição futura implica elevados custos de manutenção, retrabalho e desperdício de recursos públicos, a exigência do laudo técnico constitui medida preventiva destinada a assegurar a correta aplicação dos recursos municipais, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a exigência não possui caráter restritivo ou direcionador, mas sim o objetivo de garantir que os produtos ofertados apresentem qualidade compatível com as necessidades da Administração, proporcionando maior segurança, durabilidade e desempenho das obras executadas pelo Município, bem como maior proteção ao patrimônio público e à população beneficiada pelas intervenções realizadas.

Sendo o que havia para o momento, renovamos votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

**DIEGO SCHUH**

Secretário de Planejamento